

Alta de imposto é

Ministro da Fazenda tem armas para conseguir apoio dos governadores à reforma fiscal, diz economista. Contratos para alongar as dívidas de Estados ainda não foram assinados

ROLF KUNTZ

Se a reforma fiscal passar no Congresso, o governo federal poderá desistir do aumento de 5% nos impostos, avalia o consultor José Roberto Mendonça de Barros, diretor da MB Associados e membro da Comissão Diretora do Programa Nacional de Desestatização. Em termos políticos, diz o economista, esse aumento é a parte menos palatável do plano e será dispensável, provavelmente, se os pontos principais do ajuste forem aprovados.

A resistência ao plano dependerá, em boa parte, da reação dos governadores à formação da "reserva social de emergência". Para alimentar essa reserva, o Ministério da Fazenda propõe bloquear, por dois anos, 15% das transferências constitucionais a Estados, municípios, Finor e Finam.

O ministro da Fazenda, observa o consultor, tem dois tacapes para conseguir apoio dos governadores. Primeiro, os contratos para rolagem das dívidas de Estados ainda não foram assinados.

Segundo, os governadores dependem de autorização do Banco Central para obter financiamentos do Banco Mundial ou do Banco Interamericano do Desenvolvimento. Na verdade, nem poderão habilitar-se a esses financiamentos sem os contratos assinados.

O governador de São Paulo, Luiz Antônio Fleury Filho, já manifestou quarta-feira a disposição de aceitar a criação do fundo. É preciso, porém, obter o apoio de governadores de outros grandes Estados, como Rio de Janeiro, Bahia, Minas e Rio Grande do Sul.

A dívida estadual é apenas um dos fatores que podem pesar na aprovação do plano, mas o consultor Mendonça de Barros, um dos interlocutores da equipe econômica, exibe uma atitude otimista. Tudo que vem ocorrendo no Congresso, pondera, mostra que os velhos esquemas de conciliação do velho e do novo, como os arranjos do orçamento, perderam a funcionalidade. Uma ordem política está-se esfarelhando. Isso deve estar claro para muita gente, acrescenta, e pode facilitar a aprovação das reformas.

Com o dólar — Se for adotado o ajuste proposto pela Fazenda, a primeira parte deverá incluir a adoção de uma unidade de referência vinculada ao dólar. Seu valor oscilará segundo a taxa de câmbio. O mercado financeiro, acrescenta Mendonça de Barros, não terá dificuldade em negociar com base nessa unidade, acertando a taxa de juros de acordo com a avaliação de risco em cada momento. A mesma unidade poderá

ser empregada em transações com bens e serviços.

Poderá haver algum problema, ressalva, no caso dos salários. Se os contratos forem feitos com base na nova unidade, a conversão terá de ser feita, provavelmente, por um valor médio e não de pico.

É essencial não haver, nessa primeira fase, com duração previsível de quatro ou cinco meses, uma deliberada contenção do câmbio, observa Mendonça de Barros. Isso acabaria condu-

zindo a problemas parecidos com os da Argentina, onde o congelamento do câmbio criou problemas no comércio exterior, com dificuldades para exportar e excessivo barateamento

das importações. Até agora, acrescenta, nada aponta a repetição dessa política.

Menos clara, segundo o economista, é a segunda fase. Dolarização e prefixação de preços são algumas das hipóteses.

FASE INICIAL
DO PLANO
PODE DURAR 4
OU 5 MESES



POLÍTICA ECONÔMICA
negociável, diz consultor

ECONOMIA

— Grand

SÁBADO, 4 DE DEZEMBRO DE 1993